Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ibaneis participa de solenidade no STF

O governador Ibaneis Rocha (MDB) esteve ontem em solenidade no Supremo Tribunal Federal (STF) de aposição dos retratos da ministra Cármen Lúcia e dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, na galeria dos ex-presidentes. É a volta de Ibaneis ao circuito do Judiciário. Na abertura dos trabalhos deste ano, o governador estava afastado do cargo, por decisão do STF, e não acompanhou a solenidade em que a presidente da Corte, Rosa Weber, defendeu a democracia e criticou o vandalismo de 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes.

Renato Alves/Agencia Brasília



Sabatina

Indicado para ocupar a presidência do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), o médico Juracy Cavalcante Lacerda Júnior será sabatinado na próxima segunda-feira pelos deputados da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa.

Planos para a EBC

Ricardo Stuckert/Instituto Lula



O jornalista Hélio Doyle, presidente da EBC, esteve, nesta semana, em reunião com o presidente Lula para apresentar os planos de sua gestão. Os dois se conheceram em fevereiro de 1978, quando Doyle era repórter da Veja e presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF. Foi na cobertura de um encontro de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, com o presidente do Senado, à época, Petrônio Portela. Ali, eles conversaram e marcaram uma conversa mais tarde. Dois anos depois, houve a fundação do PT, quando Doyle atuou ao lado de Lula e outros petistas históricos.

Por mais mulheres no comando do MP

As procuradoras e promotoras de Justiça de Goiás receberam apoio de várias entidades pela ausência de mulheres nos cargos de primeiro escalão e apenas 13 nos cargos de assessoramento do Ministério Público do estado. A conduta contraria Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que instituiu a política nacional de incentivo à participação feminina no Ministério Público. Prevê que as unidades do MP devem adotar medidas para assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional e atuar para incentivar a participação de mulheres nos cargos de comando. A Federação Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica (FIFCJ), a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), a ABMCJ Comissão Goiás e a Comissão Nacional de Paridade de Gênero divulgaram nota. "A desigualdade de gênero continua a ser um desafio fundamental. Por isso, no mês em que se comemora o 'Dia Internacional da Mulher', as signatárias reforçam que continuarão atuando para que seja garantida a participação plena e efetiva das mulheres, com igualdade de oportunidades, em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública", afirmam.

Arquivo Pessoal



Procurador Márcio Wanderley é o novo consultor-jurídico do DF

O procurador do DF Márcio Wanderley de Azevedo aceitou o convite para assumir a consultoria-jurídica do gabinete do governador Ibaneis Rocha (MDB). A nomeação deve ocorrer na edição de hoje do Diário Oficial do DF. Trata-se de um cargo estratégico, por onde passam todos os temas do governo para debate sobre os aspectos jurídicos. Márcio Wanderley é procurador desde 1999, mantém escritório de advocacia com dois colegas da Procuradoria e atua como examinador de concursos públicos. Também foi conselheiro da OAB-DF e professor de direito constitucional e tributário. Ele vai substituir Rodrigo Becker, que exerceu a função na gestão anterior e participou do grupo de transição para o segundo mandato. Becker decidiu retornar ao órgão de origem, a Advocacia-Geral da União (AGU).

À QUEIMA-ROUPA

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB)

"Avalio que, até agora, a Câmara foi morna. Acredito que a instabilidade política, em razão da intervenção na segurança pública e o afastamento do governador, fez com que a Casa demorasse muito a dar respostas à sociedade"

Camara Legislativa do DF/Divulgação



Qual a sua opinião sobre a possível federação do PSB com o PDT?

Minha análise é que será promissora. A federação será boa para os dois partidos, ambos com características progressistas e bandeiras em comum. Além disso, na dificuldade de nominata e quadros, conseguiremos uma boa ampliação. Um exemplo é a senadora Leila do Vôlei (PDT), que tem um perfil muito voltado para o diálogo. É preciso destacar que a federação também abriga o Solidariedade, um partido muito organizado, que tem uma Fundação muito pujante e que pode agregar muito em termos de qualificação técnica e formação política.

A senhora esteve com a reitora da UnB, Márcia Abrahão. Seu mandato pode ajudar a universidade?

Sou egressa da Universidade de Brasília e tenho um carinho muito grande pela UnB. Estive com a reitora em uma reunião de cortesia para, além de me colocar à disposição, entender as demandas da Universidade. Existem alguns entraves que não nos permitem destinar recursos diretamente para a UnB, mas nós temos somado forças com deputados federais e senadores e articulado o envio de recursos para a Universidade. Além disso, temos articulado parcerias, inclusive com o Hospital Universitário (HUB). Queremos somar esforços para fomentar um programa que incentive a contratação de profissionais sem experiência para o primeiro emprego e também incentivar programas de treinamento. Há muito para ser feito e temos boa vontade para isso.

Como avalia o andamento da CPI dos Atos Antidemocráticos? Acredita que chegará aos financiadores e organizadores?

A ideia, a cobrança dos parlamentares, principalmente do bloco da minoria e da oposição, é de que consigamos chegar até os financiadores. Dentro do nosso bloco, PSB-PSOL, temos um membro titular da CPI, que é o deputado Fábio Felix. Temos acompanhado as oitivas, mas a grande dificuldade é realmente das pessoas comparecerem. Temos esperança que a Casa traga luz às coisas que aconteceram e, principalmente, para o papel da polícia do Distrito Federal e do próprio DF nos episódios de 8 de janeiro.

Entre 24 parlamentares, a Câmara Legislativa tem apenas quatro mulheres. Como aumentar a participação feminina no Legislativo?

É um desafio social que passa, inclusive, pela união e pela unidade dessas quatro mulheres. Isso reverbera a grande dificuldade que nós temos em entender que só ocupando esses espaços é que conseguiremos fazer políticas públicas voltadas para as mulheres. Então, se nós eviscerarmos essas dificuldades, mas, ao mesmo tempo, tivermos coragem para legislar, marcar posicionamento e nos unir, isso acabará dando força para outras mulheres terem vontade de ingressar na política. Outra questão que não podemos esquecer é que essas decisões também passam pelos partidos, pelas nominatas, pela atuação das mulheres que estão nesses espaços de poder, não apenas os mandatários em si. É preciso empoderar as mulheres e colocá-las em espaços estratégicos nas siglas, criando uma rede que permita que elas se amparem, potencializem, se fortaleçam e lancem candidaturas femininas.

Como avalia a atuação da Câmara até agora?

Avalio que, até agora, a Câmara foi morna. Acredito que a instabilidade política, em razão da intervenção na segurança pública e o afastamento do governador, fez com que a Casa demorasse muito a dar respostas à sociedade. Percebo que cada parlamentar está trabalhando muito em suas bases, mas essa instabilidade do DF acabou mesmo dificultando a condução esperada dos trabalhos na Câmara, apesar da condução diplomática e certeira da vice-governadora, Celina Leão (PP), que, como governadora em exercício, atuou de forma firme, porém, sempre buscando o diálogo com o parlamento. Agora, com a volta do governador, espero que possamos trabalhar de forma mais célere e dar as respostas que a população precisa e merece. Nossa expectativa é que o canal de diálogo, aberto pela vice-governadora, seja mantido.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS

TCDF analisa Zona Verde

Semob enviou esclarecimentos solicitados pela Corte sobre problemas encontrados na minuta do edital e demais documentos que envolvem o projeto que prevê cobrança de tarifas em vagas rotativas na região central de Brasília

» PEDRO MARRA
» AMANDA SALES

A licitação do projeto Zona Verde, que prevê a cobrança de R$ 3 para carros e R$ 1,50 para motocicletas por hora em estacionamentos rotativos no Distrito Federal, deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano. A Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF (Semob) enviou ao Tribunal de Contas do DF (TCDF) esclarecimentos solicitados pela Corte, que analisa o projeto. O tribunal encontrou falhas na minuta do edital, projetos, estudos, planilhas e anexos. "Os ofícios e anexos apresentados pela Secretaria de Estado já foram analisados pela área técnica do Tribunal e, agora, seguem para o gabinete do conselheiro para elaboração de relatório/voto e deliberação", explicou a Corte ao **Correio**.

Procurada pela reportagem, a Semob informou que aguarda a avaliação final da proposta pelo TCDF para, então, seguir com o processo.

A proposta é uma concessão, na qual a empresa vencedora da licitação poderá operar o serviço por até 20 anos. Na semana passada, a Semob recebeu aval do TCDF para gerir a concessão do projeto Zona Verde. No documento encaminhado à Corte, reivindicando a competência para a secretaria, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) argumentou que, em 1997, quando foi editado o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), não havia a preocupação que existe atualmente com a mobilidade.

A PGDF destacou que, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou o Ministério das Cidades, em 2003, uma comissão desenvolveu um projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso Nacional, dando início à Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 2012.

"Dentro desse plano, foi dada aos estacionamentos essa conotação e importância como uma infraestrutura relacionada à mobilidade, como infraestrutura viária. Ali, sim, se atribui os princípios e os objetivos que levam em consideração essa função social da cidade, no tocante aos estacionamentos, à equidade do uso da infraestrutura", ressaltou a procuradora do DF, Dina Oliveira.

No entendimento da procuradora, essa lei fixou aos municípios a obrigatoriedade de criar um plano local sobre mobilidade urbana. No DF, uma lei distrital, aprovada em maio de 2011, determina o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU) como uma política para a gestão dos transportes urbanos.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Setor Comercial Sul será uma das áreas com estacionamento rotativo

Zona Verde

Tarifas
» R$ 3 para carros
» R$ 1,50 para motocicletas

Locais
» Asas Norte e Sul
» Sudoeste
» SIG
» SIA
» Setores bancário Norte e Sul
» Setores comerciais Norte e Sul
» Setores de autarquias Norte e Sul
» Esplanada dos Ministérios
» Eixo Monumental
» Bolsões às estações do metrô e BRTs (áreas próximas)

» 20 anos é o tempo que a empresa vencedora da licitação poderá operar o serviço

O projeto

A empresa vencedora da licitação ficará responsável por construir sistemas de park and ride — locais onde o motorista pode estacionar de graça e seguir viagem com o transporte público — próximos às estações de metrô e BRTs. A expectativa da Semob é que a iniciativa dará incentivo ao uso transporte público, com a redução dos deslocamentos em veículos particulares. O pagamento das tarifas deverá ser por meio eletrônico. As áreas serão divididas pelas cores dos ipês: rosa, amarelo, roxo e branco.

Conforme o projeto divulgado pelo governo local, os estacionamentos rotativos serão localizados nas asas Sul e Norte — quadras comerciais e residenciais —, Sudoeste, SIG, SIA, setores bancários, comerciais e de autarquias Sul e Norte, Esplanada, Eixo Monumental e bolsões (áreas próximas às estações do metrô) e BRT. Apesar de o Plano Piloto também estar incluído, os estacionamentos do Parque da Cidade não serão taxados.

Está previsto o cadastro de até três veículos por residência que estarão isentos de pagamento quando estiverem estacionados nas quadras de suas residências.